



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO Nº 02/2026 - TJAM

Termo de doação que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** e a **ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DE CLASSE DOS SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS**, na forma abaixo.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, sediado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida André Araújo, s/n.º, Aleixo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.812.509/0001-90, CEP: 69060-000, neste ato representado por seu **PRESIDENTE**, Desembargador **JOMAR RICARDO SAUNDERS FERNANDES**, neste instrumento simplesmente denominado **DOADOR** e a **ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DE CLASSE DOS SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.094.291/0001-50, sediada na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, Rua Atenas, nº 8, Bairro Planalto, CEP: 69.045-020, neste ato representado pelo Senhor **MOISÉS ROSA PEREIRA**, doravante denominado **DONATÁRIO** ou partícipe, em consequência da Portaria nº 5184 de 29/12/2025 que tornou dispensada a licitação, publicada no Diário de Justiça Eletrônico, Ano 2026, Edição nº 4185, Caderno Administrativo, em 05/01/2026, à pág. 9, e do processo administrativo nº 2023/000053771-00, têm entre si, justo e combinado, o presente termo de doação, em atenção ao disposto no artigo 76, inciso II, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a **doação de bens inservíveis**, classificados como mobiliários e eletrodomésticos, conforme relação constante do **Anexo Único**, totalizando **cinquenta e cinco (55) unidades**, destinados à **Associação Representativa de Classe dos Servidores com Deficiência da Polícia Civil do Estado do Amazonas**, para fins de interesse social, devendo ser retirados e transportados pelo **DONATÁRIO**, imediatamente após a assinatura deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O objeto consubstanciado no presente instrumento fica sujeito às normas da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Caberá ao **DONATÁRIO**:

- a) Fornecer os dados, informações e apoio necessários ao recebimento do bem e/ou ao desempenho dos serviços a serem executados, notadamente quanto aos funcionários/colaboradores que realizarão a retirada dos bens doados;
- b) Exercer o acompanhamento e controle sobre as obrigações;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **DOADOR**;

- d)** Comunicar ao **DOADOR** qualquer falha e/ou irregularidade na execução do objeto.
- e)** Efetuar a retirada dos bens móveis objetos da doação, devendo cientificar com antecedência de 5 (cinco) dias úteis a esta Administração acerca do dia e horário para retirada dos bens, sendo que o horário deverá ser efetuada pelo período da manhã (08:00-12:00), entre segunda e sexta, ou em outro horário a ser acordo com o Setor de Patrimônio;
- f)** Responsabilizar-se por quaisquer ônus, que envolvam o fornecimento do bem ou serviço ofertado na proposta, tais como: despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação de serviços, por todos os encargos sociais previstos na legislação vigente, e por quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregador;
- g)** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio do **DOADOR**, ou de terceiros, advindos de negligência, imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis;
- h)** Apresentar o Certificado de Destinação Final ao **DOADOR** após os procedimentos de descarte.

3.2. Caberá ao DOADOR:

- a)** Executar integralmente o objeto, conforme ofertado na proposta de doação, observados a legislação em vigor, bem como as orientações complementares do **DONATÁRIO**;
- b)** Cumprir as normas regulamentadoras e demais regras de mercado relativas aos serviços objeto do presente ajuste;
- c)** Obedecer o prazo apresentado, com intuito de não gerar atrasos na entrega da doação;
- d)** Acatar as orientações do **DONATÁRIO**, prestando os esclarecimentos e atendendo às solicitações;
- e)** Observar e guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em virtude da doação;
- f)** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto, especialmente quanto à facilidade para remoção dos bens e conservação dos mesmos até a efetiva entrega.

CLÁUSULA QUARTA - DAS VEDAÇÕES

4.1. É vedada a utilização do presente termo de doação para fins publicitários, ressalvada, após a entrega dos bens ou o início da prestação dos serviços objeto da doação, a menção informativa da doação no sítio eletrônico do doador.

CLÁUSULA QUINTA - DO PESSOAL

5.1. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer natureza entre os envolvidos e o pessoal utilizado para execução de atividades decorrentes do presente Termo, mantida apenas a vinculação com cada entidade de origem.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1. Os bens e/ou os serviços doados estão sendo ofertados pelo **DOADOR**, sem coação ou vício de consentimento, estando o **DOADOR** livre de quaisquer ônus ou encargos.

6.2. O **DONATÁRIO** declara que aceita a doação dos bens e/ou dos serviços em todos os seus termos.

6.3. Os bens e/ou os serviços doados serão recebidos com o ateste do gestor do **DONATÁRIO**

6.4. O **DOADOR** declara ser proprietário do(s) bem(ns) a ser(em) doado(s) e que inexistem demandas administrativas ou judiciais com relação a eles.

6.5. O presente termo não caracteriza novação, pagamento ou transação em relação a eventuais débitos do **DOADOR**.

6.6. O presente Termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável.

6.7. As partes contratantes se comprometem a não oferecer, dar ou se comprometer a dar a qualquer pessoa, ou aceitar ou comprometer-se a aceitar de qualquer pessoa, seja por conta própria ou de outrem, qualquer doação, pagamento, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indiretamente relacionada ao presente contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, e devem, ainda, garantir que seus colaboradores e agentes ajam da mesma forma ("Obrigações Anticorrupção").

6.8. A inexecução ou a mora no cumprimento do encargo, pelo donatário, implicará a reversão da doação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA

7.1. Por este instrumento fica definitivamente transferida a propriedade dos referidos bens para o **DONATÁRIO**, que se responsabilizará, a partir desta data, por todos os ônus e obrigações a eles inerentes, inclusive no que tange ao correto descarte ambiental.

CLÁUSULA OITAVA - DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

8.1. As cláusulas seguintes são aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

8.2. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.3. O PARTÍCIPE terá acesso aos dados pessoais que estão de posse do TJAM apenas para as finalidades definidas pelo TJAM.

8.4. O PARTÍCIPE deve tratar os dados pessoais que tiver acesso apenas de acordo com as instruções documentadas do TJAM, durante a vigência deste, e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, não conseguir seguir as instruções ou de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar o TJAM oficiando de modo formal este fato imediatamente o TJAM, sob pena de rescisão, sem qualquer ônus, multa ou encargo.

8.5. É dever do PARTÍCIPE orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados.

8.6. O PARTÍCIPE deverá exigir dos sub operadores e subcontratados, se houver, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.7. O PARTÍCIPE ao tomar conhecimento de que os dados pessoais que recebeu são imprecisos ou desatualizados, deve informar ao TJAM, sem demora injustificada. Neste caso, o TJAM deve apoiar com o PARTÍCIPE para apagar ou retificar os dados.

8.8. O PARTÍCIPE também deve notificar o TJAM sem demora injustificada, e no prazo de 24 horas, logo após tomar conhecimento da violação. Esta notificação deve conter os detalhes de um ponto de contato, onde mais informações podem ser obtidas, uma descrição da natureza da violação (incluindo, sempre que possível, categorias e número aproximado de titulares de dados e registros de dados pessoais em questão), suas prováveis consequências e as medidas tomadas ou propostas para resolver a violação, incluindo, quando apropriado, medidas para mitigar seus possíveis efeitos adversos.

8.9. O PARTÍCIPE deve apoiar e auxiliar o TJAM para permitir que o mesmo cumpra suas obrigações nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), em particular para notificar a Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD e os titulares de dados afetados, levando em consideração a natureza do tratamento e as informações disponíveis para o PARTÍCIPE.

8.10. As Partes concordam que, o PARTÍCIPE ou o TJAM que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo, e as demais hipóteses em relação a responsabilidade e ressarcimento de danos serão regidos pelos arts. 42 a 46 e seus incisos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

8.11. O TJAM poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o PARTÍCIPE atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, esclarecimentos e/ou informações, no prazo estipulado pelo TJAM.

8.12. Ao encerrar as atividades que fazem tratamento de Dados Pessoais, o PARTÍCIPE deve, à escolha do TJAM, apagar ou devolver os Dados Pessoais em sua posse, e apagar as cópias existentes. Até que os dados sejam apagados ou devolvidos, o PARTÍCIPE continuará a garantir o cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1. Incumbirá ao TJAM promover a publicação deste instrumento, nos termos e condições estabelecidos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único: Na impossibilidade de cumprimento por meio do sistema oficial previsto, a publicação deverá ser realizada na página eletrônica oficial de cada partícipe, observando-se o prazo estipulado na referida legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO E PREVENÇÃO DE CONFLITOS

10.1. As partes submetem-se aos dispostos na Resolução 48/2024 do Tribunal de Justiça do Amazonas que regulamenta os meios alternativos de prevenção e solução de controvérsias no âmbito dos Contratos Administrativos deste Poder, bem como outras normas que vierem alterá-la ou substituí-la.

10.2. Na busca pela autocomposição, nas demandas originadas da execução dos contratos administrativos de competência do Poder Judiciário Amazonense, será utilizada a mediação como instrumento de solução adequada de controvérsias, para prevenir ou resolver todo o conflito, ou apenas parte dele que será conduzido pelo Comitê de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos em matéria de Contratos Administrativos - CPRAC deste Tribunal de Justiça do Amazonas.

10.2.1 A autocomposição a que se refere o caput desta cláusula poderá ser adotada quanto a totalidade ou parcela de quaisquer direitos patrimoniais disponíveis no âmbito dos conflitos em matéria de contrato administrativo, incluindo-se as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes, ao cálculo

de indenizações, ou, ainda, a celebração de negócio jurídico processual no Processo Administrativo Sancionatório (PAS).

10.3. A solicitação de submissão de conflito ao CPRAC, iniciada por pessoa física ou jurídica interessada deverá ser encaminhada à Divisão de Contratos e Convênios, que instruirá o pedido com toda a documentação necessária à compreensão do caso e remeterá os autos à ao Desembargador Coordenador do Comitê para análise de admissibilidade.

10.4. As propostas, os documentos e as informações apresentados no âmbito do CPRAC serão confidenciais e não poderão ser utilizados pelas partes como meio de defesa e/ou prova em processo judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Manaus, capital do Estado do Amazonas, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da interpretação e execução deste Termo de Doação.

E, por estarem de acordo, as partes comprometem-se ao cumprimento do disposto no presente instrumento, que vai assinado pelos representantes legais dos partícipes, para que produza todos efeitos legais e jurídicos.

Manaus (AM), 07 de janeiro de 2026.

Desembargador **JOMAR RICARDO SAUNDERS FERNANDES**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

MOISÉS ROSA PEREIRA

Diretor Presidente da Associação Representativa de Classe dos Servidores com Deficiência da Polícia Civil do Estado do Amazonas

Testemunhas:

Aristocles Rannyeri Nascimento de Lima

Assistente Judiciário, DVCC/TJAM

Edilson Herculano Neto

Apoio Administrativo, DVCC/TJAM

Anexo único ao Termo de Doação nº 02/2026, bens móveis (Mobiliários e Eletrodomésticos)

ITEM	AJURI	MATERIAL
1	6966	CADEIRA FIXA C/BRACOS, ESPUMA INJETADA, POLIAMIDA PRETO
2	9193	ESTANTE/BIBLIOTECA EM ACO,CINZA,1 FACE,MED.2,00X1,00X0,60
3	12063	ARMARIO,2 PORTAS,LAM.MELAM.4 PRAT.CINZA,MED.1,60X0,90X0,40
4	12140	CADEIRA FIXA C/BRACOS,ESPALDAR MEDIO,REV.100% POLIAMIDA PRET
5	12146	CADEIRA FIXA C/BRACOS,ESPALDAR MEDIO,REV.100% POLIAMIDA PRET
6	12195	CADEIRA GIR.C/BRACOS,ESPALDAR PEQUENO,REV.100% POLIAMIDA PRE
7	12196	CADEIRA GIR.C/BRACOS,ESPALDAR PEQUENO,REV.100% POLIAMIDA PRE
8	12449	CADEIRA FIXA C/BRACOS,ESPALDAR PEQ.REV.100% POLIAMIDA PRETO
9	12755	CADEIRA FIXA C/BRACOS,ESPALDAR PEQ.REV.100% POLIAMIDA PRETO
10	12975	CADEIRA FIXA C/BRACOS,ESPALDAR MEDIO,REV.100% POLIAMIDA PRET
11	12982	CADEIRA FIXA C/BRACOS,ESPALDAR MEDIO,REV.100% POLIAMIDA PRET
12	13484	CADEIRA GIR.C/BRACOS/RODIZ.ASS/ENC.MEDIO REV.TECIDO PRETO
13	17739	MESA P/COMPUTAD.LAM.MELAM.TEC.DESLIZANTE,MED.0,74X0,80X0,73
14	17829	MESA P/COMPUT.LAM.MELAM.COR CASCA DE OVO,MED.0,74X1,00X0,60
15	19139	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS
16	20221	MESA P/COMP.TEC.REBAIX.AGLOM/LAM.DE CHERRY,MED.0,51X0,94X0,4

17	21096	GAVETEIRO VOLANTE, COM 03 GAVETAS
18	21367	ARMÁRIO COM 02 PORTAS, MÉDIO
19	25364	ARMÁRIO COM 02 PORTAS, MÉDIO
20	27192	GAVETEIRO VOLANTE, COM 03 GAVETAS
21	37403	MONITOR DE VÍDEO DE 19 POLEGADAS
22	38984	MESA RETA
23	40975	MESA COM 02 GAVETAS
24	41824	CPU.
25	41835	CPU.
26	47449	POLTRONA GIRATÓRIA , ENCOSTO MÉDIO, COR PRETA
27	52972	Poltrona giratória tipo Diretor com braços
28	54974	Poltrona giratória tipo Diretor com braços
29	55730	ARMÁRIO COM 02 PORTAS, ALTO
30	55750	ARMÁRIO COM 02 PORTAS, ALTO
31	55939	GAVETEIRO VOLANTE COM 03 GAVETAS.
32	57292	CADEIRA GIR.C/BRACOS,ASS/ENCOSTO MEDIO (DIRETOR)
33	57977	MESA COM 02 GAVETAS
34	66585	GAVETEIRO VOLANTE, COM GAVETAS
35	ST	Poltrona giratória tipo Diretor com braços
36	ST	Poltrona giratória tipo Diretor com braços
37	ST	GAVETEIRO VOLANTE, COM 03 GAVETAS
38	ST	GAVETEIRO VOLANTE, COM 03 GAVETAS
39	ST	GAVETEIRO VOLANTE, COM 03 GAVETAS

40	ST	GAVETEIRO VOLANTE, COM 03 GAVETAS
41	ST	MESA RETA
42	ST	MESA RETA
43	ST	MESA RETA
44	ST	MESA RETA
45	ST	MESA RETA
46	ST	ESTANTE/BIBLIOTECA EM ACO,CINZA,1 FACE,MED.2,00X1,00X0,60
47	ST	CADEIRA FIXA
48	ST	CADEIRA FIXA
49	ST	CADEIRA FIXA
50	ST	CADEIRA FIXA DE COPA
51	ST	ESTANTE/BIBLIOTECA EM ACO,CINZA,1 FACE,MED.2,00X1,00X0,60
52	ST	ESTANTE/BIBLIOTECA EM ACO,CINZA,1 FACE,MED.2,00X1,00X0,60
53	ST	ESTANTE/BIBLIOTECA EM ACO,CINZA,1 FACE,MED.2,00X1,00X0,60
54	ST	ESTANTE/BIBLIOTECA EM ACO,CINZA,1 FACE,MED.2,00X1,00X0,60
55	ST	ESTANTE/BIBLIOTECA EM ACO,CINZA,1 FACE,MED.2,00X1,00X0,60



Documento assinado eletronicamente por **Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Desembargador de Justiça**, em 07/01/2026, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MOISES ROSA PEREIRA, Usuário Externo**, em 12/01/2026, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Edilson Herculano Neto, Servidor**, em 12/01/2026, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Arístocles Rannyeri Nascimento de Lima, Chefe de Setor**, em 12/01/2026, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2643382** e o código CRC **C338C233**.
